



em todas as suas esferas, tecnologia, invenções, vestes, envolvimentos amorosos, culinária, religião, formação e principalmente a língua. O social pede e engenha para novos acordos de sentidos a cada época em cada contexto.

O sujeito tem por sua essência o desejo à liberdade, à autonomia e à sua constante modernidade, sempre e em qualquer tempo esse será moderno, o passado só ocorre quando existe um novo tempo. As transformações são sociais, mas também individuais concebida e resignificada a cada tempo e em cada enunciado. Cabe nos, acorrentarmos as velhas concepções ideológicas ou reescrevermos nossas próprias concepções contemporâneas.

2. SUJEITO OUVINTE: CLASSIFICADO POR SEU POTENCIAL LINGUÍSTICO

As pessoas que escutam são categorizadas e classificadas como OUVINTES. O termo ouvinte não marca nenhuma deficiência. Não marca condição clínica. Muito pelo contrário, marca e registra o espelho da própria língua, pois reflete a característica da língua do indivíduo, ou seja, uma língua oral-auditiva, situação em que os interlocutores falam e escutam. O termo ouvinte caracteriza, portanto, o potencial linguístico do sujeito que escuta. Trata-se de uma palavra que estampa um raio-X das línguas orais.

As palavras não têm realidade fora da produção linguística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas. Isto é tão verdadeiro que a identidade da forma através das variações dos contextos pode passar despercebida. Entender não é reconhecer um sentido invariável, mas “construir” o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece (GNERRE, 2012, p. 19).

Conforme Gnerre, a palavra é o signo ideológico social, logo constitui a identidade de cada sujeito que a usa. A palavra OUVINTE representa socialmente a característica individual da normalidade no



que tange o aspecto auditivo, independente desse ser daltônico, diabético, hemofílico ou míope. Os sujeitos não são destacados nem apontados socialmente por estas características médicas, pois “aparentemente” são “normais”.

Em todos os momentos da história da inclusão X exclusão o termo OUVINTE foi difundido como sinônimo da normalidade, do perfeito, ou seja, do completo. E assim, continua a demarcar o potencial e característica linguística do sujeito que tem audição, sem a necessidade de aparelhos auditivos e/ou implantes cocleares.

Nas escolas, nas igrejas, na praça, na universidade, na bíblia, nos livros, nas reportagens, nas leis, em todas as esferas sociais a identidade ouvinte é o reflexo da normalidade médica, social e linguística, afinal se temos dois pavilhões auditivos, são para ouvir. Não seria esse um assunto restrito e tão somente a esfera médica? Entretanto, a sociedade usurpa o termo SURDO, espaço médico e o legitima socialmente como característica individual do cidadão. Não é chegada a hora da igualdade linguística?

3. SINAL SURDO: MARCA A DEFICIENCIA AUDITIVA E FALA

Experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 202).

O sinal de SURDO conforme será descrita logo a seguir, marca a significação de deficiência, sinal com dêixis denotando e escancarando as duas deficiências médicas: audição e fala. Conforme González-Rey, a constituição subjetiva de acordos de sentidos é difundido socialmente como “deficiente” pois, o próprio nativo da língua visual aponta socialmente a sua fragilidade linguística, a perda auditiva e ausência da fala sistematizada.



O estudo do e com o estudante surdo está envolto na dia Educação Especial, vejamos o que descreve Machado.

A Educação Especial ainda atribui aos seus alunos o caráter de portadores de enfermidade, relação pertinente desde a sua origem, e a ação educativa é encarada como uma conduta terapêutica, cujo interesse é o de avaliar e interagir na reação de um fenômeno orgânico. A escola especial, ao substituir o trabalho pedagógico pela terapêutica de reabilitação, abdica de sua função de escola. Percebe-se que a sua função tem sido muito mais normalizadora e, para isso, retém a pessoa considerada deficiente por mais tempo na escola, ao mesmo tempo que ensina mens (MACHADO, 2008, p. 33,34).

Conforme Machado, a escola que deveria ser a esfera de reconhecimento e potencial, “aceita” o estudante surdo com as características físicas embebidas pelas marcas da deficiência médica e não como norteadores de novos saberes sob novas perspectivas de aprendizagem. A educação marca o sujeito como se marca um gado, com ferro ao rubro com o único objetivo, de uma marca “Especial” em um curral onde as diferenças têm seus próprios donos.

Na própria língua de sinais, a marca da deficiência está marcada pelo individual e social. Ao olharmos para a estrutura visual do sinal “surdo”, fazendo uma análise morfológica, vejamos:

Tendo como referências morfológica os 05 parâmetros das Línguas de Sinais, compondo os fonemas das línguas visuais, assim a Configuração de mão em “D”, ou seja apontando o indicador. Ponto de contato ouvido e boca e o Movimento do ouvido em direção a boca.

O sinal por si é uma imagem que mostra claramente a DEFICIENCIA AUDITIVA E FALA, estampa ao que recebe o enunciado as marcas da deficiência médica, o ato de não ouvir e o ato de não falar. Observe a figura abaixo.



Buscando dialogar com Ferreira e Machado, busco elucidar que a dita Educação Especial nada mais é que uma representação simbólica segregadora e excludente dos sujeitos que ali são classificadas.

Para Sasaki (1997, p. 30), ainda hoje a Educação Especial desempenha rigorosamente esse modelo, isto é, “o modelo médico da deficiência tenta melhorar as pessoas com deficiência para adequá-las aos padrões da sociedade”. Por certo o autor não nega que essas pessoas necessitam de apoio; porém, acredita nesse apoio com o compromisso de proporcionar-lhes independência, vendo suas necessidades (MACHADO, 2008, p. 33).

Conforme Machado, os estudantes com deficiência médica são representados num olhar nacional como pertencentes a Educação Especial, que tem essa a função da padronização ao dito “normal” ou seja, aos padrões da sociedade. O sujeito surdo, está inserido neste contexto da Educação Especial, com salas especiais, professores especiais, metodologias especiais no processo de aprendizagem, avaliações especiais e atividades especiais.

Em momento algum a Educação Especial, aquela que representa a inclusão e direito iguais a todos, vê o sujeito surdo com potenciais com característica próprias de aprendizagem e de língua, não como especiais, mas como sujeitos em potenciais.

O discurso social preconceituoso e excludente no que tange o cidadão SURDO torna-se uma falácia verdadeira, a repetição é produto ideológico, ou seja, um discurso social diante do sujeito SURDO. Por consequência esse sujeito SURDO fica embebecido com o discurso social da limitação linguística, cognitiva e produção escolar. Assim, a identidade social do indivíduo SURDO será produto social de fragilidade e impotência no processo de aprendizagem e de acesso as informações linguísticas. Principalmente, nas esferas da Educação Especial.

A identidade pessoal é ao mesmo tempo produto da sociedade e produto da ação do próprio indivíduo. Se chega a esta consequência como resultado da compreensão da pessoa humana como ser de história: a



identidade pessoal se forma na confluência de uma série de forças sociais que operam sobre o indivíduo e diante das quais o indivíduo atua e se faz a si mesmo. Ao atuar, o indivíduo gera uma realidade e a conhece como tal, porém por sua vez a ação se torna possível pelas forças sociais que se renovam no indivíduo. (BARÓ, 1989, p. 123 *apud* GONZÁLEZ-REY *et al*, 2005, p. 201).

Assim conforme González-Rey, as marcas subjetivas singulares se desenvolvem nas esferas sociais e históricas, estampadas numa concepção complexa, entretanto, singular nos aspectos subjetivos. O sujeito está para o social assim como o social está para o individual.

Conforme González-Rey, a subjetividade é a configuração das configurações de sentidos subjetivos, que constituem a expressão simbólico-emocional, construídas nas mais diversas esferas sociais e que passam a constituir o sujeito, comungando assim com o pensador russo Mikhail Bakhtin.

A ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é uma relação de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta ação do outro. (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 224).

O sujeito SURDO tem suas marcas históricas cravadas em seus discursos. Mas, eles sustentam um discurso de sofrimentos, perseguições, exclusões, marginalizações oriundas de suas interações desfavoráveis com os ouvintes. Marcas da imposição de uma língua hegemônica, a Língua Portuguesa em relação às línguas de sinais, em especial a Libras.

A Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras, é uma língua totalmente visual e gramatical, com fonemas, morfemas, sintaxe e estruturas semânticas próprias conforme já mencionado anteriormente. A Libras é, portanto, uma língua legitimada como quaisquer outras línguas orais tais como o Inglês, o Espanhol e o Italiano, conforme Ferreira.



No entanto, parece ser o bastante para que saibamos que a LIBRAS é uma língua natural com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem. É uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros da mesma forma que o Português, o Inglês, o francês, etc. Surgiram ou se derivaram de outras línguas para servir aos propósitos linguísticos daqueles que as usam (FERREIRA, 2010, p. 11).

Corroborando com Ferreira, o sujeito tem sua língua natural e é por meio dessa que o mesmo está e será o próprio meio em que vive, os mecanismos linguísticos dos SURDOS são as línguas visuais-espaciais. Entretanto, o SURDO é norteado nas escolas “regulares” como aquele que não pode ficar retido nas séries escolares pelo fato de ser “surdo”, logo com défices cognitivos e de aprendizagem, e fazer parte de um programa nacional de inclusão, não podendo ser excluído pela reprovação escolar. Mas este fato reflete não a deficiência do sujeito, mas a deficiência do estado e do sistema educacional em não reconhecer as línguas de sinais como línguas suportes de pensamentos, logo cognição.

Os educadores são poucos orientados e habilitados em suas graduações a atenderem aos “alunos especiais”. Portanto, os alunos “especiais” são aprovados não por conhecimentos científicos, mas por idade cronológica.

Entretanto, as universidades públicas não veem os alunos “especiais” com os mesmos olhos que a educação básica. Uma vez que não há cotas nos cursos superiores para “surdos”, os processos seletivos como ENEM ou mesmo vestibular não há correções específicas da Língua portuguesa para os candidatos VISUAIS, e mesmo dentro das universidades, os docentes não levam em considerações as particularidades linguísticas dos acadêmicos, a visualidade.

Refiro-me ao docente que por lei não “ter a obrigação” de comunicar-se com seus discentes, pois já conta com a presença do



tradutor-intérprete em sala. Vale ressaltar, que somente nos Cursos de Letras Libras ocorrem de fato o cumprimento ao direito social e constitucional do acesso e permanência do cidadão visual às universidades. O próprio governo federal não cumpre com os direitos já conquistados pela comunidade visual, a prova maior é o ENEM, processo excludente de acesso ao curso superior. Pois todos os conteúdos abordados no exame estão em língua Portuguesa ou língua estrangeira e até mesmo a redação é corrigida de forma igualitária aos ouvintes, ferindo assim o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

As mudanças de concepções deve iniciar-se nas esferas escolares, o seio escolar necessita ver os seus estudantes com potenciais, com identidades de superações e possibilidades de um novo aprender e uma nova concepção ideológica valorativa do sujeito. Aceitar uma matrícula de um aluno surdo não fara dele um estudante inclusivo ou aceito socialmente, uma vez que o mesmo é apresentado ao conselho escolar, aos professores, aos colegas e ao porteiro como “deficiente auditivo – surdo”, logo inconscientemente ou mesmo consciente o sujeito estudante já está marcado pelos laudos médicos. Conforme Machado, a deficiência não está no estudante, mas na forma como a escola está representada pelas visões aristotélicas e preconceituosa pelo diferente.

Não basta inserir um aluno que apresente peculiaridades em relação aos demais na sala d aula, ignorando suas necessidades; não basta prestar atendimento especializado; é a escola de um modo geral que precisa ser questionada, a produção de saberes, as organizações pedagógicas, as concepções... (MACHADO, 2008, p. 45).

Precisamos ver o estudante com novas concepções, ou seja com novos acordos de sentidos. Por que não olhar o sujeito com valoração social, uma real inclusão não só escolar mas socialmente legitimo ao aspecto da diferença? O sujeito que tem comprometimento auditivo, segundo diagnóstico médico, creio eu, deva ser representado pelo que tem mais intimo em sua particularidade. A percepção visual.



4. SUJEITO VISUAL: A MARCA LINGUÍSTICA VISAL-ESPACIAL

Em cada época de evolução da linguagem literária, o tom é dado por determinados gêneros do discurso, e não só gêneros secundários (literários, publicitários, científicos) mas também primários (determinados tipos de diálogo oral - de salão, íntimo, de círculo, familiar-cotidiano, sociopolítico, filosófico, etc.). Toda ampliação da linguagem literária à custa das diversas camadas extraliterárias da língua nacional está intimamente ligada à penetração da linguagem literária em todos os gêneros (literários científicos, publicitários, de convenções, etc.), em maior ou menor grau, também dos novos procedimentos de gênero de construção do todo discursivo, do seu acabamento, da inclusão do ouvinte ou parceiro, etc., o que acarreta uma reconstrução e uma renovação mais ou menos substancial dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2006 [1929], p. 268).

A construção de um enunciado conforme Bakhtin descreve, seja no discurso, termo técnico ou popular, mania, moda, culinária, dança ou leis estão regidas e orquestradas pelo contexto sócio-histórico-político-cultural de um povo. As necessidades momentâneas engrenam para novas concepções, portanto, novos direcionamentos linguísticos, ou seja, o social está em constante movimento.

Em contrapartida, o termo OUVINTE que reflete a sua própria língua “oral-auditiva”, conforme descrito anteriormente, a palavra SURDO não reflete nem remete às línguas de sinais, língua “espaço-visual. Porém, reflete a deficiência do sujeito que a usa.

A Libras, assim como a Língua Francesa de Sinais, a Língua Americana de Sinais e todas as demais línguas de sinais são línguas viso-espaciais, ou seja, são línguas visuais. Com a inquietação e descontentamento que a palavra SURDO me causa, procurei investigar e percorrer caminhos na tentativa de maior reflexão e conscientização do referido termo, mundialmente usado.

Penso na característica do sujeito que tem potenciais linguísticos imagéticos/gestuais/visuais, sujeito que tem uma língua e cultura



própria, tão rica linguisticamente e gramaticalmente como quaisquer línguas orais.

Logo, após inúmeras leituras e diálogos com cidadãos clinicamente diagnosticados como surdos, proponho nesse artigo uma releitura desse sujeito cidadão. A sua identidade que tanto defende, demarca e difunde não é a surdez mas sim o direito ao uso da sua língua VISUAL ao mesmo direito legal que as línguas AUDITIVAS.

Portanto, buscando uma analogia a concepção de SUJEITO OUVINTE a normalidade linguística, busco apresentar o termo SUJEITO VISUAL alicerçando-me no mesmo princípio de normalidade linguística em que as línguas de sinais apresentam.

A meu ver, a concepção VISUAL é o que melhor espelha o sujeito às características de sua língua viso-espacial, e não às marcas histórias nem tão pouco a uma marca clínica da deficiência. Este é o primeiro passo rumo a uma autonomia social.

Resolvi compartilhar com meus estudantes visuais da Escola Centro Especializado ao Atendimento e Assistência ao Deficiente Auditivo (CEAADA), e acadêmicos do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Mato Grosso. Após, explicar e explanar de forma ampla o conceito SUJEITO VISUAL, segundo minha concepção, ao grupo de estudantes visuais, esses criaram um sinal específico para representar o termo SUJEITO VISUAL. Vejam a figura a baixo.

Figura 02. Sinal da Libras que designa visual.





Tendo esta Configuração de Mão em “V”, buscando o radial do verbo VER e logo em seguida interagindo com o sinal do verbo PERCEBER, portanto o sinal de SUJEITO VISUAL é composto, formado pelos sinais de VER + PERCEBER.

Logo, a imagem do sinal representa um sujeito com potencial e não com deficiência da esfera médica. Vale retomar que, as características e estruturas centrais das línguas de sinais é a visualidade, assim como, os sujeitos que as usam é, também, a visualidade e a percepção.

Portanto, o sinal de SUJEITO VISUAL é a marca da potencialidade do sujeito e não a marca da deficiência médica.

5. CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO-POLÍTICO-CULTURAL

Não estou aqui defendendo ou levantando uma bandeira de assistencialismo ou paternalismo, muito pelo contrário, quero aqui destacar o potencial do sujeito visual e lembrar que a língua é viva, é histórica, é adaptada e ressignificada a cada ciclo de vida, a cada momento histórico. Posso aqui destacar dois casos muito comuns de valorização ideológica das palavras.

O termo “escravo” marcou um povo, uma nação, o nome *escravo* representava força, cor de pele, virilidade, conflito, sofrimento, senzala e muitas outras representações sociais. Logo, com a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, na cidade do Rio de Janeiro, pela então regente do Brasil, princesa Isabel, o termo escravo foi configurado como preconceituoso e excludente, entretanto o termo “preto” foi por muito tempo permitido como marca de cor.

A história não pára de ressignificar os signos, pois são ideológicos, conforme assinala Bakhtin, e o termo “preto” foi perdendo força e surge então o termo “negro”, termo que marca raça, ideologia, origem, luta,



dança, culinária, enfim, marca valores ideológicos de um continente, a África.

Porém, existe uma forte corrente na atualidade do não uso do termo negro, justificando preconceito pela cor de pele. Surge uma nova vertente defensora do termo “afrodescendente”, na tentativa de representar de fato a origem da nação do sujeito e não a cor de pele.

Outro exemplo bem plausível é o termo “ancião”, na bíblia usado para representar a experiência, a idade avançada e a sabedoria. Mas sempre representado por aquele que anda com lentidão e saúde debilitada. Logo, as pessoas com mais experiências de vida não se sentiam confortáveis com tal nome para representá-los, e termo foi ressignificado por “velho”. Esse termo teve pouca aceitação, pois tem uma conotação de muito uso, gasto, envelhecido, acabado e defeituoso.

Portanto, surge o nome para representar as pessoas com idade cronológica avançada, o termo “Idoso”, ainda usado nas leis e em representações imagéticas, entretanto, as pessoas com mais de 60 anos não se sentem confortáveis com tal nomenclatura, surgiu a “3ª idade”, mas atualmente, preferem e proferem que são as pessoas da “Melhor idade” pois é nessa idade que descobre e conquistam a liberdade de viajarem, dançarem, namorarem, divertirem, afinal, os filhos já estão crescidos e criados, assim relatam.

E assim, a língua continua percorrendo e deslizando nos anseios dos seus usuários.

7. SUJEITO VISUAL: UMA PROPOSTA A SE PENSAR

Dessa maneira, surge minha proposta de ressignificação do termo SURDO por uma nova releitura, o VISUAL. Não estou falando de cultura nem tão pouco de lutas políticas e ideológicas, refiro-me exclusivamente ao termo e não ao abandono das conquistas políticas nem ao esquecimento histórico do tanto que a comunidade visual caminhou e



das marcas e cicatrizes que carrega. A história faz e fará parte de cada indivíduo, não somos nada mais que a nossa própria história.

Nas últimas palavras deste artigo quero destacar e esclarecer que a identidade individual é um produto social, mas o sujeito é autônomo como produto do seu próprio Eu.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. SP: Martins Fontes, 2006.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GNERRE, Mauricio. **Linguagem, escrita e poder**. SP: Wmf martinsfontes, 2012.

HARMUCH, Rosana Apolonia; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira, org. **Identidade e Subjetividade configurações contemporâneas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão um olhar do egresso surdo**. Florianópolis - SC: Editora da UFSC, 2008.